

Bibliotecas escolares e o regime de informação: gestão do conhecimento e os desafios da inclusão digital

Dayane da Silva Bezerra Batista
dayanebezerra@gmail.com

Edna Gomes Pinheiro
ednagomespi2@gmail.com

Resumo

Trata-se de um ensaio teórico caracterizado pela fusão entre a subjetividade e a objetividade do tema. Aborda a essência das bibliotecas escolares no contexto do regime de informação, da política de informação na organização e gestão dessas bibliotecas. Busca responder a seguinte questão norteadora: De que maneira as bibliotecas escolares podem atuar como centros eficazes de acesso ao conhecimento, as práticas informacionais e educativas no ambiente escolar? Tem o objetivo de analisar a responsabilidade das bibliotecas escolares como pontos vitais de disseminação do conhecimento e das práticas educativas e informacionais no contexto escolar. Concerne um estudo teórico-exploratório-descritivo com abordagem qualitativa dos dados. Mostra que nesse cenário a compreensão de regime de informação é essencial para entender as dinâmicas de poder e as disputas ideológicas que afetam a gestão do conhecimento, e para enfrentar desafios da inclusão digital, destacando a necessidade urgente de políticas que assegurem o acesso equitativo às tecnologias. Considera que as bibliotecas escolares podem desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e informados, todavia, o que vemos é realidade cruel, na qual o Brasil fechou 764 bibliotecas públicas em 2020. Neste contexto, tornam-se agentes de transformação social, promovendo a equidade no acesso à informação e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e bem informada. Conclui-se que investir nas bibliotecas escolares é imprescindível para assegurar que elas desempenhem a função vital de fortalecer o tecido social dos centros educacionais, transformando alunos em cidadãos críticos e informados. Essas instituições não apenas podem fornecer acesso ao conhecimento, mas também promover o desenvolvimento de habilidades essenciais para a navegação em um mundo digital em constante evolução.

Palavras-Chave: biblioteca escolar; regime de informação; inclusão digital.

School libraries and the information regime: knowledge management and the challenges of digital inclusion

Abstract

This theoretical essay is characterized by the fusion of the subjectivity and objectivity of the theme. It addresses the essence of school libraries within the context of the information regime and information policy in the organization and management of these libraries. It seeks to answer the following guiding question: How can school libraries act as effective centers of knowledge access, integrating informational and educational practices within the school environment? The study aims to analyze the responsibility of school libraries

as vital points for the dissemination of knowledge and educational and informational practices in the school context. This is a theoretical-exploratory-descriptive study with a qualitative approach to the data. It shows that, in this scenario, understanding the information regime is essential to comprehend the dynamics of power and ideological disputes that affect knowledge management and to face the challenges of digital inclusion, highlighting the urgent need for policies that ensure equitable access to technologies. It considers that school libraries play a fundamental role in forming critical and informed citizens. In this context, they become agents of social transformation, promoting equity in access to information and contributing to the development of a more just and well-informed society. It concludes that investing in school libraries is essential to ensure they fulfill their vital role in strengthening the social fabric of educational centers, transforming students into critical and informed citizens. These institutions not only provide access to knowledge but also promote the development of essential skills for navigating an ever-evolving digital world.

Keywords: school libraries; information regime; digital inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico explora a relevância e a complexidade inerente à relação entre as bibliotecas escolares e os regimes de informação. Aborda aspectos multifacetados que envolvem tanto a objetividade quanto a subjetividade de um tema, de um caminho desejável e de realidade concreta, ressaltando a importância dessas instituições como centros dinâmicos para a gestão do conhecimento e promoção da inclusão digital. O estudo tem como objetivo central responder as seguintes questões norteadoras: O que pode ser efetivado concretamente para que as bibliotecas escolares/bibliotecários (as) possam cumprir com o seu papel de emancipar o cidadão, haja vista todas as limitações e dificuldades que as bibliotecas e seus profissionais enfrentam para que o seu caráter emancipador, seja real no Brasil? Diante desses questionamentos, a análise evidencia a responsabilidade das bibliotecas escolares como pontos vitais de disseminação do conhecimento, destacando sua importância na implementação de práticas educativas e informacionais no contexto escolar. Sob esse prisma, este estudo teórico-exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, demonstra que a compreensão do regime de informação é essencial para entender as dinâmicas de poder e as disputas ideológicas que afetam a gestão do conhecimento. Além disso, destaca a necessidade urgente de políticas que assegurem o acesso equitativo às tecnologias, enfrentando, assim, os desafios da inclusão digital.

Vale ressaltar que as bibliotecas escolares ao desempenharem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e informados, tornam-se agentes de transformação social, provedores da equidade no acesso à informação e assim, buscam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e bem informada. Portanto, investir nessas instituições é imprescindível para garantir o desempenho da sua função vital, que é fortalecer o tecido social dos centros educacionais, a fim de preparar as futuras gerações para navegar com competência em um mundo digital em constante evolução.

Nessa direção, por meio da análise teórica e da reflexão da atual realidade do Brasil inerente a esses profissionais e instituições, na qual quase 764 bibliotecas públicas foram fechadas no Brasil entre 2015 e 2020 (Brasil. Ministério do Turismo, 2020) este ensaio busca elucidar a relevância das bibliotecas escolares no fortalecimento da educação e na promoção de uma cidadania ativa e participativa.

Por esse viés, essas instituições, tradicionalmente vistas como espaços de preservação e disseminação do conhecimento, precisam se firmar de modo claro e enfático em um contexto mais amplo de ciência da informação (CI), a fim de destacar a sua importância no contexto

contemporâneo, no qual a política de informação emerge como uma ferramenta fundamental para garantir a democratização do acesso ao conhecimento e a formação crítica dos usuários que dela necessita.

Buscando expandir o entendimento da relação entre a ciência da informação e as bibliotecas escolares, destacamos o pensamento de Queiroz e Moura (2015) quando revela que a ciência da informação desempenha um papel crucial ao analisar como a informação é gerida, acessada e organizada, conteúdo temático que inclui o estudo de processos e sistemas informacionais, fato que contribui para potencializar o funcionamento das bibliotecas escolares.

Sob esse prisma a (CI), ao estudar os processos, fluxos e sistemas informacionais, oferece uma estrutura teórica fundamental para analisar o regime de informação e a política informacional nas bibliotecas escolares. De acordo com Queiroz e Moura (2015), a ciência da informação investiga os fenômenos informacionais em sua totalidade, desde a produção até o uso da informação, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que influenciam o acesso e a organização da informação nas bibliotecas escolares.

Segundo Braman (2006), a política de informação não é apenas um conjunto de regras, mas também uma expressão do poder institucional que molda o acesso ao conhecimento. Por sua vez, ela direciona as práticas e decisões que afetam diretamente o acesso à informação, influenciando o desenvolvimento intelectual e social dos discentes (Bezerra, 2023). Esse autor menciona, ainda que, compreender as intersecções entre essas áreas é essencial para o fortalecimento das bibliotecas como agentes de inclusão e transformação social.

Essa afirmação enfatiza que as políticas de informação vão além da mera criação de diretrizes e regulamentos; elas representam um mecanismo através do qual as instituições exercem seu poder e influenciam a forma como o conhecimento é distribuído e acessado pela sociedade. Ao determinar quem tem acesso a quais informações e de que maneira, essas políticas desempenham um papel crucial na construção das dinâmicas de poder e controle sobre o fluxo informacional.

O estudo põe em foco a atuação dos bibliotecários como mediadores da informação tornam-se ainda mais relevante, exigindo uma constante atualização e reflexão sobre o impacto das políticas de informação no acesso e uso do conhecimento.

Assim, as bibliotecas escolares não apenas servem como repositórios de informação, mas também como espaços onde essas dinâmicas são negociadas e reproduzidas, influenciando a formação dos sujeitos. Além disso, a política de informação na biblioteca escolar está intrinsecamente ligada ao conceito de governança da informação, que trata da forma como as informações são controladas e distribuídas.

Portanto, compreender as políticas de informação é essencial para analisar as estruturas de poder que governam o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, as oportunidades de desenvolvimento social e intelectual.

Nesse cenário, a atuação dos bibliotecários como mediadores da informação torna-se ainda mais relevante, exigindo uma constante atualização e reflexão sobre o impacto das políticas de informação no acesso e uso do conhecimento. Assim, as bibliotecas escolares não apenas servem como repositórios de informação, mas também como espaços onde essas dinâmicas são negociadas e reproduzidas, influenciando a formação dos sujeitos.

Portanto, este artigo busca explorar as complexidades do regime de informação na biblioteca escolar, destacando a importância da ciência da informação e da política de informação na gestão e organização desses espaços.

Ao relacionar esses conceitos, pretende-se contribuir para a compreensão das bibliotecas escolares como instituições dinâmicas, cujas práticas informacionais refletem e influenciam as condições sociais e educacionais mais amplas.

2 A INFLUÊNCIA PERVASIVA DO REGIME DE INFORMAÇÃO: FUNDAMENTOS CRUCIAIS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo, exploraremos como as dinâmicas de poder e controle estabelecido pelas políticas de informação afetam o fluxo informacional e a organização do conhecimento nas bibliotecas escolares. As teorias e modelos que sustentam a ciência da informação, proporcionando uma visão abrangente das práticas e princípios que norteiam a gestão da informação. Além disso, discutiremos como a aplicação dessas teorias pode contribuir para a criação de políticas de informação mais inclusivas e eficientes, promovendo um acesso equitativo ao conhecimento.

Assim sendo, registraremos uma análise dos fundamentos da ciência da informação e do impacto das políticas de informação nas bibliotecas escolares, destacando a importância de compreender essas inter-relações para fomentar um ambiente educacional mais justo e informado.

Portanto, necessário se faz, o entendimento de que a compreensão das dinâmicas informacionais é essencial para a análise do regime de informação e sua influência na sociedade. Este estudo aborda como as políticas de informação moldam o acesso ao conhecimento, revelando a intersecção entre poder institucional e gestão da informação. Ao explorar os fundamentos teóricos da ciência da informação, buscamos destacar a importância dessas políticas na estruturação das bibliotecas escolares e outras instituições que operam como guardiãs e disseminadoras do conhecimento.

Esse entendimento é crucial para reconhecer as forças que influenciam o fluxo informacional e, conseqüentemente, as oportunidades de desenvolvimento social e intelectual. O conceito de regime de informação está intrinsecamente ligado à ciência da informação, que se ocupa do estudo dos processos de criação, organização, armazenamento, recuperação e disseminação da informação (Magnani *et al.*, 2011).

Sob esse prisma a ciência da informação proporciona uma estrutura analítica fortalecida para entender a implementação e o impacto das políticas de informação nas bibliotecas escolares. Segundo Saracevic (1999), a ciência da informação não apenas estuda a organização e recuperação da informação, mas também investiga como as políticas de informação moldam o acesso ao conhecimento.

Conforme o pensamento de González de Gómez (2012, p. 138), o termo “regime de informação” foi concebido: “[...] a fim de analisar a posição e os papéis de práticas, profissões, instituições e recursos de informação, nas novas configurações das relações da sociedade, do Estado e do mercado”. Observamos que a compreensão de que os regimes de informação abordam a transmissão e a mediação da informação, passando de polos produtivos, que originam um determinado conteúdo (dispositivos), para polos receptores.

Nessa direção os elementos da composição física dos regimes de informação, seriam caracterizados por: “estoques de informação - que se constituem de linguagens documentárias e sistemas de informação; diretrizes políticas que contornam e direcionam os conteúdos informacionais abrigados nos sistemas de informação; seres humanos e suas necessidades informacionais; ambiente cultural-sócio-econômico-político em que se encerram; acesso à informação; meios físicos que permitem o ir e vir da informação.” (Unger e Freire, 2006, p. 105).

Nesse contexto as Ferramentas como a análise de redes de informação e a teoria do ciclo informacional são utilizadas para avaliar como as bibliotecas escolares estabelecem políticas de curadoria, preservação e disseminação de informações. Além disso, o trabalho de Frohmann (1992) ressalta a importância de compreender o contexto sociopolítico em que essas políticas são desenvolvidas, destacando o papel das bibliotecas escolares na promoção da equidade informacional.

Bezerra (2023) nessa mesma linha de pensamento argumenta que o regime de informação deve ser entendido como um reflexo das relações sociais e de poder, onde o controle sobre o fluxo informacional está diretamente relacionado às estruturas de dominação

e resistência dentro da sociedade. Essa perspectiva sugere que a maneira como a informação é gerida e disseminada não é neutra, mas sim carregada de significados e influências que refletem as dinâmicas de poder em jogo. As políticas de informação, nesse contexto, podem ser vistas como instrumentos que tanto perpetuam quanto desafiam as hierarquias sociais e políticas existentes.

Diante do exposto, percebemos que a intenção deste capítulo é explorar como o regime de informação influencia de maneira abrangente e significativa a ciência da informação. Para tal, revisitamos alguns teóricos que sustentam essa área de estudo, bem como as políticas de informação que moldam o acesso e a distribuição do conhecimento nas bibliotecas escolares e outras instituições. É relevante destacarmos essas passagens porque entender essas dinâmicas é fundamental para promover um ambiente informacional mais justo e equitativo. Ao reconhecer o impacto das políticas de informação e a importância da gestão eficiente da informação, podemos criar estratégias que garantam um acesso mais amplo e inclusivo ao conhecimento.

3 FORTALECENDO O ACESSO AO CONHECIMENTO: A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Para iniciar esse capítulo necessário se faz tecermos um diálogo sobre *Biblioteca Escolar* como um espaço dentro de uma instituição de ensino dedicado ao armazenamento, organização, e disponibilização de materiais informacionais, como livros, revistas, jornais, materiais multimídia e recursos digitais. Sua principal função é apoiar o processo educacional, fornecendo recursos que complementem o currículo escolar e promovam a leitura, a pesquisa e o desenvolvimento intelectual dos alunos.

Além de servir como um centro de recursos informacionais, a biblioteca escolar frequentemente oferece serviços como orientação para pesquisa, atividades de incentivo à leitura, empréstimo de materiais e eventos culturais. Essas atividades são conduzidas por profissionais especializados, como bibliotecários, que têm a responsabilidade de gerenciar a coleção, ajudar os usuários a localizar informações e promover a alfabetização informacional. A política de informação é um componente central do regime de informação, pois define as regras e práticas que governam o acesso à informação nas bibliotecas.

Braman (2006) destaca que as políticas de informação são expressões do poder institucional que determinam quem tem acesso ao conhecimento e sob quais condições.

Nas bibliotecas escolares, a **política de informação** desempenha uma função fundamental na definição das coleções, na gestão dos recursos informacionais e na realização de programas de alfabetização informacional (Bezerra, 2023).

A aplicação de políticas de informação inclusivas e acessíveis nas bibliotecas escolares pode ser realizada por meio de diversas estratégias concretas. Uma abordagem fundamental é a adoção de tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela para estudantes com deficiência visual e a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como Braille e audiolivros (Bezerra, 2023).

Ainda, a implantação de programas de alfabetização digital pode ajudar a reduzir a exclusão digital, garantindo que todos os estudantes, independentemente de seu nível socioeconômico, desenvolvam as habilidades necessárias para acessar e utilizar recursos digitais de forma eficaz.

Políticas que promovem a criação de conteúdos em múltiplos idiomas e a curadoria de coleções que reflitam a diversidade cultural e linguística da comunidade escolar também são essenciais para assegurar que todos os alunos se sintam representados e tenham acesso equitativo ao conhecimento.

4 GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A governança da informação refere-se ao conjunto de políticas, procedimentos e

normas que regulam a gestão da informação dentro de uma instituição. Na perspectiva das bibliotecas escolares, a governança da informação envolve a tomada de decisões sobre a aquisição, organização e disseminação dos recursos informacionais.

Frohmann (1995) sugere que a governança da informação deve ser vista como um processo dinâmico que requer a participação ativa dos bibliotecários e educadores na definição de práticas que promovam o acesso justo e equitativo à informação. Ela pode ajudar a mitigar as disparidades no acesso ao conhecimento, especialmente em contextos escolares onde as desigualdades enfrentadas pela Governança, podem limitar as oportunidades de aprendizagem (Daehn; Selig, 2022).

A governança da informação em bibliotecas escolares enfrenta diversos desafios. Aqui estão alguns pontos a serem considerados:

a) Gerenciamento de dados e informações: Bibliotecas escolares lidam com uma grande quantidade de dados, desde registros de empréstimos de livros até informações sobre alunos e professores. O gerenciamento eficaz desses dados é crucial para garantir a privacidade e a segurança das informações;

b) Integração de tecnologia: A rápida evolução tecnológica pode ser um desafio para bibliotecas que precisam atualizar seus sistemas e infraestrutura para acompanhar as inovações. Isso inclui a implementação de sistemas de gestão de bibliotecas, plataformas digitais e recursos de acesso remoto.

c) Treinamento e capacitação: Bibliotecários e funcionários precisam estar constantemente atualizados sobre as melhores práticas em governança da informação, incluindo o uso de novas tecnologias e métodos de gerenciamento de dados. Isso pode exigir investimentos em treinamento e capacitação contínuos.

d) Acessibilidade e inclusão: Garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário aos recursos da biblioteca pode ser um desafio. Isso inclui atender às necessidades de estudantes com deficiências e garantir que todos tenham acesso a tecnologias e recursos digitais.

Em relação as oportunidades elas podem transformar as bibliotecas escolares em centros de aprendizado dinâmicos e inclusivos, beneficiando toda a comunidade escolar. Dentre elas, podemos considerar fator de oportunidade:

a) Desenvolvimento de habilidades informacionais: A governança eficaz da informação pode ajudar a promover a alfabetização informacional entre os alunos. Isso inclui ensinar habilidades de pesquisa, avaliação crítica de fontes e uso ético da informação.

b) Criação de ambientes colaborativos: Bibliotecas podem se tornar centros de colaboração e aprendizado, onde alunos e professores trabalham juntos em projetos e atividades. A governança da informação pode facilitar a criação desses ambientes integrados.

c) Acesso a recursos digitais: A implementação de plataformas digitais e recursos online pode ampliar o acesso dos alunos a uma vasta gama de informações e materiais educativos. Isso pode incluir e-books, bases de dados acadêmicas e outros recursos digitais.

d) Parcerias e colaborações: Bibliotecas escolares podem estabelecer parcerias com outras instituições, como bibliotecas públicas, universidades e organizações comunitárias, para compartilhar recursos e conhecimentos. Isso pode enriquecer a oferta de serviços e recursos disponíveis para os alunos.

5 IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O DESAFIO DA INCLUSÃO DIGITAL

As tecnologias digitais têm revolucionado o acesso à informação, oferecendo novas formas de aprender, ensinar e interagir com o conhecimento. Nas bibliotecas escolares, essas tecnologias expandiram significativamente a gama de recursos disponíveis para alunos e educadores, permitindo acesso a bancos de dados, e-books, periódicos eletrônicos e outros materiais digitais (Lavinias; Veiga, 2013).

Contudo, essa revolução digital também trouxe desafios substanciais, especialmente no que diz respeito à inclusão digital. A inclusão digital refere-se à capacidade de todos os

indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica, de acessar e utilizar as tecnologias digitais de maneira eficaz (Lavinias; Veiga, 2013).

Nas escolas, a falta de acesso a dispositivos tecnológicos e à internet de alta qualidade pode criar uma lacuna entre os estudantes, limitando o acesso equitativo à informação e ampliando as desigualdades educacionais (Lavinias; Veiga, 2013).

As bibliotecas escolares atuam de modo fundamental na promoção da inclusão digital, oferecendo acesso a recursos tecnológicos para estudantes que, de outra forma, não teriam essa oportunidade.

Entretanto, a simples disponibilidade de tecnologia não é suficiente para garantir a inclusão digital. É necessário que as bibliotecas também implementem programas de alfabetização digital, que ensinem aos discentes as habilidades necessárias para navegar, avaliar e utilizar criticamente as informações disponíveis no ambiente digital.

De acordo com Santos (2019), isso inclui a capacidade de distinguir informações confiáveis de desinformação, bem como a habilidade de utilizar as tecnologias de forma ética e segura. Sem essas competências, os estudantes correm o risco de serem excluídos dos benefícios que as tecnologias digitais podem oferecer.

Adicionalmente, a inclusão digital nas bibliotecas escolares deve considerar as diferentes necessidades dos alunos, garantindo que todos, incluindo aqueles com deficiências ou necessidades educacionais especiais, possam acessar e utilizar os recursos digitais.

Isso pode exigir a adaptação de tecnologias assistivas, a personalização de interfaces digitais e a criação de ambientes de aprendizagem acessíveis e inclusivos (Lavinias; Veiga, 2013).

A promoção da inclusão digital também envolve a conscientização sobre questões de privacidade e segurança digital, preparando os alunos para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais conectado.

5.1 PAPEL DOS BIBLIOTECÁRIOS NA MEDIAÇÃO DIGITAL

Os bibliotecários, no contexto das bibliotecas escolares, assumem um papel estratégico na mediação digital, indo além de suas funções tradicionais e se posicionando como guias essenciais na navegação e uso crítico das tecnologias digitais.

Em um ambiente onde os estudantes estão constantemente expostos a uma infinidade de informações, a função do bibliotecário se torna vital para orientar o acesso e uso dessas informações de maneira responsável e eficiente (Silva, 2008).

Os bibliotecários são responsáveis por introduzir os alunos às competências necessárias para avaliar a credibilidade das fontes online, evitar armadilhas como *fake news* e desinformação, e utilizar os recursos tecnológicos de forma ética e segura.

Além de capacitar os alunos, os bibliotecários também desempenham um papel crucial no suporte aos professores, auxiliando na integração de recursos digitais nos planos de aula e na escolha de ferramentas tecnológicas que enriquecem o processo de ensino.

Para Santos (2019), isso envolve tanto a curadoria de conteúdos digitais relevantes quanto a orientação sobre as melhores práticas para utilizar essas ferramentas de maneira pedagógica.

“A expertise dos bibliotecários em tecnologias de informação os torna aliados indispensáveis no desenvolvimento de uma comunidade escolar digitalmente alfabetizada, preparada para enfrentar os desafios do século XXI” (Ribeiro, 2015, p. 29).

Outro aspecto importante do papel dos bibliotecários na mediação digital é sua função como agentes de inclusão digital. Eles são responsáveis por garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades tecnológicas ou acesso a recursos em casa, tenham oportunidades iguais de participar do ambiente informacional.

Para Santos (2019), isso pode incluir a personalização de recursos para atender às necessidades de alunos com deficiências, a oferta de treinamentos específicos para grupos

com menor familiaridade com tecnologias digitais, e a realização de programas de inclusão que garantam que nenhum aluno seja deixado para trás no acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que os bibliotecários são fundamentais para assegurar que a transformação digital nas bibliotecas escolares seja inclusiva e equitativa.

5.2 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O REGIME DE INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

O futuro do regime de informação nas bibliotecas escolares será moldado por uma série de inovações tecnológicas e mudanças sociais que continuarão a redefinir a forma como a informação é gerada, acessada e utilizada (Ribeiro, 2015).

A integração de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial (IA) e a realidade aumentada, promete transformar a maneira como os recursos informacionais são organizados e apresentados aos aprendizes. Essas tecnologias podem facilitar o acesso personalizado ao conhecimento, adaptando-se às necessidades e estilos de aprendizagem de cada estudante (Ribeiro, 2015).

Ademais, as bibliotecas escolares terão a oportunidade de se tornar centros de experimentação tecnológica, onde os alunos poderão explorar novas ferramentas e desenvolver habilidades que serão essenciais no mundo do trabalho digital do futuro.

Não obstante, Santos, Duarte e Lima (2014) postulam que essas inovações também trazem desafios significativos, particularmente no que diz respeito à equidade e à inclusão. Para garantir que todos os educandos possam se beneficiar dessas tecnologias, será necessário um foco contínuo em políticas de informação que promovam o acesso universal e a inclusão digital. Isso alberga a provisão de tecnologia, além da capacitação dos estudantes e educadores para usarem essas ferramentas de forma crítica e ética (Silva, 2008).

Ao promover políticas de informação que sejam inclusivas e orientadas para a justiça social, as bibliotecas podem contribuir para a formação de cidadãos críticos e informados, capazes de participar de maneira ativa e consciente na sociedade (Santos; Duarte; Lima, 2014).

O futuro do regime de informação nas bibliotecas escolares dependerá de sua capacidade de se adaptar às mudanças, ao mesmo tempo em que permanece fiel à missão de promover o acesso equitativo ao conhecimento para todos.

6 (IN) CONCLUSÃO: EM BUSCA DO PONTO FINAL

A função das bibliotecas escolares no regime de informação contemporâneo ganhou mais relevância nos últimos tempos, especialmente à medida que as tecnologias digitais continuam a transformar a paisagem educacional.

As bibliotecas não são apenas espaços físicos de acesso ao conhecimento, mas também ambientes dinâmicos de aprendizagem, onde os estudantes podem desenvolver habilidades essenciais para a navegação e o uso crítico da informação.

Diante disso, os bibliotecários se destacam como mediadores essenciais, orientando os alunos no acesso seguro e ético às vastas quantidades de dados disponíveis online e promovendo a inclusão digital de todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas.

O futuro das bibliotecas escolares dependerá da capacidade de se adaptar às novas tecnologias e de promover um regime de informação que seja inclusivo, equitativo e capaz de atender às demandas de uma sociedade em constante mudança.

As inovações tecnológicas, como a inteligência artificial e a realidade aumentada, oferecem grandes oportunidades para enriquecer o ambiente de aprendizagem, mas também exigem uma atenção cuidadosa para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário a esses recursos.

Nesse sentido, as bibliotecas escolares devem continuar a se posicionar como agentes de transformação, capazes de integrar novas ferramentas tecnológicas enquanto promovem a

equidade e a justiça informacional. Em suma, o regime de informação nas bibliotecas escolares está em constante evolução, e seu sucesso dependerá da colaboração entre bibliotecários, educadores, estudantes e formuladores de políticas.

Ao integrar de forma ativa as tecnologias digitais, como plataformas de aprendizado online, recursos multimídia interativos e ferramentas de pesquisa avançadas, e ao desenvolver programas de alfabetização digital, as bibliotecas escolares têm o potencial de se tornar pilares centrais na formação de cidadãos críticos e informados, preparados para enfrentar os desafios e as oportunidades do futuro.

Esse papel estratégico corrobora a importância contínua da ciência da informação no desenvolvimento de políticas educacionais que promovam o acesso justo e democrático ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 10, n. 1/3, p. 1–14, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/17074>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRAMAN, Sandra. **Change of State: information, policy, and power**. Massachusetts: The MIT Press, 2006. An Introduction to Information Policy e Forms and Phases of Power: The Bias of the Informational State (p. 01-38)

DAEHN, Cheryl Maureen; SELIG, Paulo Mauricio. Perspectiva da governança de informação nas organizações: da predição à ação das práticas de gestão da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 9, n. 1/3, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/12530>. Acesso em: 09 ago. 2024.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, Edmonton, Alberta, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 09 ago. 2024.

LAVINAS, L.; VEIGA, A. Desafios do modelo brasileiro de inclusão digital pela escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 542–569, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2665>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil et al. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação|" Regime" and" Information": the dialogue between two concepts and their application in the Information Science. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 2, 2011.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 26–42, 2015. DOI: 10.19132/1808-5245213.26-42. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516>. Acesso em: 02 ago. 2024.

RIBEIRO, Fernanda. As bibliotecas universitárias: seu papel de mediação para o acesso ao conhecimento na era digital. **A Biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses**, 2015.

SANTOS, Anaise de Santana. **Inclusão digital na biblioteca universitária: desenvolvimento de competência informacional nos usuários cegos e com baixa visão do espaço acessibilidade da BICEN**, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12341>. Acesso em 19 ago. 2024.

SANTOS, R. do R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 36–53, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SARACEVIC, T. Information Science. **JASIS – Journal of The American Society for Information Science**, v.50, n.12: p.1051-1063, 1999.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. Inclusão digital e literacia informacional em ciência da informação. **Prisma**. n. 7, p. 16-43, 2008.